



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

**RESISTÊNCIA NEGRA E CONTRA-MEMÓRIA NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: RUPTURAS NO RACISMO ESTRUTURAL**
BLACK RESISTANCE AND COUNTER-MEMORY IN
CONTEMPORARY BRAZIL: RUPTURES IN STRUCTURAL RACISM
**RESISTENCIA NEGRA Y CONTRA-MEMORIA EN EL BRASIL
CONTEMPORÁNEO: RUPTURAS EN EL RACISMO ESTRUCTURAL**

RESUMO

Este artigo analisa as práticas contemporâneas de resistência negra e de contra-memória no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil. Parte-se da compreensão de que o racismo constitui elemento estruturante da formação social brasileira, articulado à colonialidade do poder e às políticas históricas de silenciamento da população negra. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada em autores que discutem colonialidade, necropolítica, epistemicídio e memória social. Os resultados indicam que a resistência negra contemporânea opera em múltiplas dimensões, incluindo produção cultural, mobilização política, valorização identitária e disputas curriculares, configurando práticas que tensionam narrativas hegemônicas e ampliam horizontes de reconhecimento. Verificou-se que a contra-memória não se limita à recuperação do passado, mas atua como estratégia política de reconfiguração simbólica e institucional. Conclui-se que a ruptura com o racismo estrutural exige transformação simultânea das estruturas materiais e das bases narrativas que sustentam desigualdades históricas, sendo a disputa pela memória elemento central nesse processo.

Palavras-chave: Racismo estrutural; contra-memória; resistência negra; colonialidade do poder; memória social.

ABSTRACT

This article analyzes contemporary practices of Black resistance and counter-memory in confronting structural racism in Brazil. It is based on the understanding that racism constitutes a structuring element of Brazilian social formation, articulated with the coloniality of power and historical policies of silencing the Black population. The study adopts a qualitative, bibliographic, and analytical approach grounded in authors who discuss coloniality, necropolitics, epistemicide, and social memory. The findings indicate that contemporary Black resistance operates across multiple dimensions, including cultural production, political mobilization, identity affirmation, and curricular disputes, configuring practices that challenge hegemonic narratives and expand horizons of recognition. Counter-memory is not limited to recovering the past but functions as a political strategy for symbolic and institutional reconfiguration. It is concluded that overcoming structural racism requires simultaneous transformation of material structures and the narrative foundations that sustain historical inequalities, with the dispute over memory playing a central role in this process.

Keywords: Structural racism; counter-memory; black resistance; coloniality of power; social memory.

RESUMEN

Este artículo analiza las prácticas contemporáneas de resistencia negra y de contra-memoria en el enfrentamiento del racismo estructural en Brasil. Se parte de la comprensión de que el racismo constituye un elemento estructurante de la formación social brasileña, articulado a la colonialidad del poder y a políticas históricas de silenciamiento de la población negra. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y analítico, fundamentado en autores que discuten colonialidad, necropolítica, epistemicidio y memoria social. Los resultados indican que la resistencia negra contemporánea opera en múltiples dimensiones, incluyendo producción cultural, movilización política, afirmación identitaria y disputas curriculares, configurando prácticas que tensionan narrativas hegemónicas y amplían horizontes de reconocimiento. Se verificó que la contra-memoria no se limita a la recuperación del pasado, sino que actúa como estrategia política de reconfiguración simbólica e institucional. Se concluye que la superación del racismo estructural exige la transformación simultánea de las estructuras materiales y de las bases narrativas que sostienen desigualdades históricas, siendo

la disputa por la memoria un elemento central en este proceso.

Palabras clave: Racismo estructural; contra-memoria; resistencia negra; colonialidad del poder; memoria social.

1 INTRODUÇÃO

A formação social brasileira está profundamente vinculada à escravidão e à colonialidade, processos que instituíram hierarquias raciais duradouras e naturalizaram a exclusão da população negra. A violência não se limitou à exploração do trabalho, mas estruturou mecanismos de desumanização, silenciamento e apagamento histórico. Essas dinâmicas consolidaram desigualdades que atravessam séculos e permanecem operando nas instituições contemporâneas (Quijano, 2005).

A violência racial no Brasil não pode ser compreendida como fenômeno episódico ou circunstancial. Ela constitui resultado de um processo histórico de longa duração, articulado à colonialidade do poder e à permanência de estruturas racistas. A exclusão racial tornou-se elemento constitutivo da organização social brasileira, produzindo marginalização política, econômica e simbólica (Azarias *et al.*, 2025).

O racismo, nesse contexto, deve ser entendido como engrenagem estrutural que organiza privilégios e vulnerabilidades. Não se trata apenas de atitudes individuais, mas de um sistema que distribui oportunidades e define posições sociais de forma racializada. A desigualdade racial integra o próprio funcionamento da ordem social (Almeida, 2021).

Além da violência material, o racismo também opera por meio do apagamento das memórias e saberes afro-brasileiros. A imposição do esquecimento das experiências negras constitui prática recorrente na história nacional, afetando artes, ciências e espaços institucionais. Esse processo configura políticas sistemáticas de invisibilização histórica (Missiatto, 2021).

O silenciamento da população negra não resulta de perda natural da memória, mas de ações intencionais que consolidaram narrativas únicas sobre a formação nacional. A colonialidade produziu versões hegemônicas da história, relegando experiências negras à margem do reconhecimento. A disputa pelo passado torna-se, assim, elemento central da luta antirracista (Pollak, 1989).

Nas últimas décadas, movimentos negros, coletivos culturais e produções acadêmicas têm tensionado essas narrativas hegemônicas. A memória passa a ser compreendida como campo de disputa política, no qual sujeitos historicamente

silenciados reivindicam o direito de narrar suas próprias trajetórias. A resistência emerge como enfrentamento direto às estruturas de apagamento (Ferreira, 2021).

Diante deste contexto, este artigo tem como objetivo geral analisar práticas contemporâneas de resistência e contra-memória no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil. Como objetivos específicos, busca investigar o conceito de contra-memória, analisar ações do movimento negro e avaliar seus impactos culturais e educacionais. Parte-se do pressuposto de que disputar a memória é também disputar estruturas de poder.

Ao articular colonialidade, memória e resistência, sustenta-se que a ruptura com o racismo estrutural exige transformação simbólica e institucional. A reconstrução das narrativas históricas constitui dimensão central desse processo. A contra-memória configura-se como estratégia política de afirmação da dignidade e da vida negra.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Colonialidade do poder

Quijano (2005) define a colonialidade do poder como a matriz histórica que vinculou a ideia de raça à organização do trabalho, da autoridade e da produção do conhecimento no mundo moderno. A classificação hierárquica das populações instituiu a branquitude como parâmetro de humanidade e racionalidade, relegando povos africanos e indígenas à condição de inferioridade estrutural. Essa lógica ultrapassa o colonialismo formal e permanece operando nas instituições contemporâneas.

A modernidade europeia consolidou-se por meio do encobrimento do Outro e da universalização de sua própria narrativa histórica. O projeto moderno não apenas explorou territórios e corpos, mas produziu um discurso que ocultou experiências e epistemologias não europeias. Esse movimento instituiu uma negação ontológica das populações colonizadas (Dussel, 1992).

Mignolo (2003) argumenta que a colonialidade reorganizou a produção do conhecimento a partir de critérios eurocêntricos que definiram quais saberes seriam reconhecidos como legítimos. As epistemologias africanas e afro-diaspóricas foram desqualificadas ou invisibilizadas, consolidando desigualdades simbólicas que sustentam o racismo contemporâneo. Estabeleceu-se, assim, uma hierarquia global de saberes.

A exclusão sistemática de saberes negros dos espaços institucionais não se configura como efeito acidental da história. Trata-se de mecanismo constitutivo da dominação racial que limita horizontes de reconhecimento intelectual e político. O conceito de epistemicídio evidencia como a colonialidade também opera no campo do conhecimento (Carneiro, 2005).

No Brasil, essa matriz assumiu forma específica ao estruturar um processo contínuo de marginalização da população negra após a abolição. A ruptura jurídica com a escravidão não significou integração social, mas reorganização das desigualdades sob novas bases institucionais. Nascimento (1978) demonstra que a exclusão racial foi reconfigurada no período pós-abolicionista, mantendo hierarquias herdadas do regime colonial.

Almeida (2021) sustenta que o racismo estrutural constitui atualização contemporânea dessa herança histórica. As instituições políticas, jurídicas e econômicas foram moldadas por essa trajetória, reproduzindo desigualdades raciais como parte de seu funcionamento ordinário. O passado colonial permanece, assim, inscrito nas engrenagens do presente.

A experiência colonial também instituiu formas de gestão diferencial da vida e da morte que persistem nas sociedades pós-coloniais. A racialização dos corpos define níveis de exposição à violência, à precariedade e ao abandono estatal, revelando continuidades profundas entre colonialismo e contemporaneidade (Mbembe, 2018).

Santos (2000) observa que a produção desigual do espaço urbano expressa concretamente essa herança histórica. A segregação territorial e a concentração de vulnerabilidades em áreas racializadas demonstram como a colonialidade organiza materialmente a sociedade brasileira. O espaço torna-se manifestação visível de uma estrutura de poder racializada.

A colonialidade do poder constitui, portanto, fundamento teórico indispensável para compreender o racismo estrutural no Brasil contemporâneo. Ela permite articular escravidão, modernidade e desigualdade como dimensões interligadas de um mesmo processo histórico. Compreender essa matriz é condição para analisar as práticas de resistência e contra-memória que buscam tensionar suas engrenagens.

2.2 Racismo estrutural

O racismo estrutural pode ser definido como um elemento constitutivo da própria organização social. Não se trata de desvio moral ou prática isolada, mas de mecanismo que integra o funcionamento das instituições políticas, jurídicas e econômicas. O racismo organiza relações de poder, distribui oportunidades e naturaliza desigualdades históricas (Almeida, 2021).

A desigualdade racial no Brasil não representa falha do sistema, mas parte de sua engrenagem central. A herança da escravidão foi incorporada às estruturas republicanas sem que houvesse ruptura efetiva com a lógica hierárquica racial. Esse processo consolidou a marginalização social da população negra no pós-abolição (Nascimento, 1978). A permanência dessas desigualdades manifesta-se em indicadores de renda, escolaridade, acesso à justiça e violência urbana. A exclusão racial opera de maneira contínua, estruturando trajetórias sociais desiguais desde a infância. O racismo, portanto, atua como princípio organizador das experiências sociais no Brasil contemporâneo (Azarias *et al.*, 2025).

Carneiro (2005) argumenta que o racismo estrutural também se reproduz por meio do epistemicídio, mecanismo que deslegitima saberes produzidos por populações negras. A exclusão intelectual reforça a exclusão material, criando barreiras simbólicas ao reconhecimento social. A marginalização do conhecimento negro integra o funcionamento das estruturas raciais.

A classificação racial instituída pela colonialidade continua orientando a divisão social do trabalho. Certos corpos permanecem associados a funções precarizadas, enquanto outros concentram posições de prestígio e poder. Essa lógica evidencia a continuidade histórica entre escravidão e mercado de trabalho contemporâneo (Quijano, 2005). No campo urbano, a segregação territorial expressa materialmente o racismo estrutural. A concentração de vulnerabilidades em periferias majoritariamente negras revela que o espaço é produzido de forma racializada. A desigualdade espacial constitui dimensão concreta da estrutura social brasileira (Santos, 2000).

A violência estatal direcionada desproporcionalmente à juventude negra demonstra que o racismo estrutural também opera por meio do controle e da punição. A seletividade penal e a letalidade policial evidenciam que a cor da pele influencia a exposição à violência institucional (Mbembe, 2018). Dessa forma, o racismo estrutural

deve ser compreendido como sistema histórico que articula desigualdade econômica, exclusão simbólica e violência institucional. Ele não depende da intenção individual para operar, pois está incorporado às normas e práticas sociais.

2.3 Necropolítica

Mbembe (2018) introduz o conceito de necropolítica para explicar como o poder soberano determina quem pode viver e quem deve morrer. Diferentemente da biopolítica, centrada na administração da vida, a necropolítica evidencia a gestão da morte como instrumento de governo. Em contextos marcados pelo colonialismo, a raça torna-se critério central dessa administração diferencial.

No Brasil contemporâneo, a necropolítica manifesta-se na violência direcionada à população negra. A letalidade policial, o encarceramento em massa e a precarização de territórios racializados revelam que determinados corpos são sistematicamente expostos à vulnerabilidade extrema. A gestão da morte torna-se parte da normalidade institucional (Azarias *et al.*, 2025).

A exposição diferenciada à morte não ocorre de forma aleatória, mas segue padrões históricos de racialização. A herança colonial instituiu uma lógica que associa negritude à periculosidade e à descartabilidade social. Essa continuidade demonstra que a necropolítica é atualização de hierarquias coloniais (Quijano, 2005).

Almeida (2021) observa que o racismo estrutural fornece as bases institucionais para essa gestão desigual da vida. Quando políticas públicas falham reiteradamente em proteger determinadas populações, evidencia-se que o abandono também é forma de violência. A omissão estatal pode operar como mecanismo necropolítico.

O encarceramento em massa constitui uma das expressões mais evidentes dessa lógica. A seletividade penal incide majoritariamente sobre jovens negros, reforçando a criminalização racial. A punição deixa de ser resposta individual a delitos e passa a funcionar como controle social de grupos racializados (Mbembe, 2018).

A precarização de serviços básicos em territórios periféricos também integra esse quadro. A ausência de saneamento, saúde e infraestrutura não pode ser dissociada de decisões políticas que distribuem desigualmente recursos públicos. A gestão da precariedade converte-se em gestão indireta da morte (Santos, 2000).

Nascimento (1978) já apontava que o genocídio da população negra no Brasil não se restringe à eliminação física, mas inclui mecanismos sociais que produzem

morte lenta e exclusão sistemática. A necropolítica contemporânea pode ser compreendida como continuidade dessas formas históricas de extermínio simbólico e material.

A análise da necropolítica permite compreender que o racismo estrutural não apenas exclui, mas regula a existência. A distribuição desigual de proteção e vulnerabilidade revela que a cidadania é experimentada de maneira racializada. Compreender essa lógica é fundamental para analisar as práticas de resistência que buscam afirmar o direito à vida e à memória.

2.4 Epistemicídio, memória e políticas do esquecimento

O epistemicídio constitui dimensão central da colonialidade, pois diz respeito à eliminação sistemática de saberes produzidos por grupos racializados. Não se trata apenas da exclusão de sujeitos dos espaços educacionais, mas da deslegitimação de suas formas de conhecimento. Esse processo acompanha a formação da modernidade e sustenta hierarquias intelectuais duradouras (Quijano, 2005).

Carneiro (2005) define o epistemicídio como mecanismo de produção da inferiorização intelectual da população negra. A negação da legitimidade de saberes afro-diaspóricos reforça a marginalização social e limita possibilidades de reconhecimento acadêmico e político. O racismo, portanto, opera também no campo da produção do conhecimento.

A colonialidade do saber estruturou critérios de validação que privilegiaram epistemologias europeias como universais. Conhecimentos africanos e afro-brasileiros foram classificados como folclóricos, religiosos ou irracionais, sendo excluídos das instituições formais. Essa hierarquização consolidou desigualdades simbólicas persistentes (Mignolo, 2003).

A exclusão epistêmica não ocorre apenas pela ausência de autores negros nos currículos, mas pela naturalização de perspectivas eurocentradas como únicas referências legítimas. Esse silenciamento produz lacunas históricas e reforça imaginários de inferioridade intelectual. O epistemicídio integra, assim, o funcionamento do racismo estrutural (Kilomba, 2019).

Alcoff (2016) argumenta que a disputa epistêmica envolve também o reconhecimento do lugar de fala como dimensão política do conhecimento. Quando determinadas experiências são sistematicamente desconsideradas, perpetua-se uma assimetria na produção de verdades sociais. O reconhecimento da pluralidade

epistêmica torna-se condição para a justiça cognitiva.

No contexto brasileiro, a marginalização de narrativas negras na historiografia e na produção acadêmica evidencia a permanência dessa lógica. A ausência de referências afro-brasileiras nos espaços institucionais contribui para a reprodução de desigualdades educacionais e culturais (Ferreira, 2021).

A imposição do esquecimento histórico constitui estratégia complementar ao epistemicídio. Ao eliminar registros, documentos e patrimônios culturais, o sistema limita a transmissão de experiências coletivas e fragiliza a memória social de grupos subalternizados (Missiatto, 2021).

A memória não constitui simples registro do passado, mas construção social atravessada por disputas de poder. Ela envolve seleção, enquadramento e silenciamento de determinadas experiências históricas. A formação da memória coletiva está vinculada às relações sociais e aos interesses que definem quais narrativas serão preservadas ou marginalizadas (Pollak, 1989).

No contexto brasileiro, a memória da escravidão e do pós-abolição foi marcada por processos sistemáticos de apagamento. A destruição de documentos, a marginalização de narrativas negras e a exaltação de versões conciliatórias da história nacional configuraram práticas de silenciamento institucional (Missiatto, 2021).

Ferreira (2021) demonstra que a disputa pela memória envolve também organizações políticas e movimentos sociais que buscam reconfigurar enquadramentos históricos. A memória política não é neutra, pois participa da construção de identidades coletivas e da legitimação de projetos sociais. O esquecimento pode funcionar como estratégia de dominação simbólica.

O apagamento histórico da população negra não ocorreu de forma espontânea, mas por meio de políticas que invisibilizaram patrimônios culturais, práticas religiosas e produções intelectuais. Esse processo comprometeu a transmissão intergeracional de experiências e contribuiu para a naturalização da desigualdade racial (Beiguelman, 2019).

A colonialidade do poder também se expressa na gestão da memória social. Ao universalizar narrativas eurocentradas, o sistema relegou experiências afro-brasileiras à condição de marginalidade histórica. A produção oficial da memória nacional reforçou mitos de harmonia racial e apagou conflitos estruturais (Quijano, 2005).

As políticas do esquecimento operam tanto pela destruição material de

registros quanto pela deslegitimação simbólica de narrativas subalternizadas. O silenciamento institucional limita o reconhecimento social e fragiliza a construção de identidades afirmativas. O memoricídio, nesse sentido, compromete o direito à memória como dimensão da cidadania (Missiatto, 2021).

A memória, contudo, não é espaço exclusivamente de dominação. Ela também constitui campo de resistência, no qual grupos historicamente silenciados reivindicam o direito de narrar suas próprias experiências. A disputa pelos sentidos do passado torna-se elemento central da luta antirracista (Pollak, 1989).

Compreender a memória como campo político é fundamental para analisar a emergência da contra-memória. As políticas do esquecimento revelam que o racismo estrutural opera não apenas na esfera material, mas também na produção simbólica da história. A reconstrução das narrativas torna-se, assim, estratégia de enfrentamento das hierarquias coloniais.

2.5 Contra-memória

Foucault (2005) utiliza a noção de contra-memória para designar práticas discursivas que confrontam narrativas oficiais e questionam regimes de verdade estabelecidos. A contra-memória não busca apenas recuperar o passado, mas desestabilizar versões hegemônicas que legitimam estruturas de poder. Trata-se de operação política que reconfigura os sentidos da história.

No contexto brasileiro, a contra-memória emerge como resposta às políticas do esquecimento que silenciaram experiências negras ao longo dos séculos. Ao recuperar trajetórias invisibilizadas, ela tensiona a memória nacional construída sob perspectivas eurocêntricas. Essa disputa revela que o passado é campo permanente de conflito simbólico (Missiatto, 2021).

Segundo Pollak (1989) a memória coletiva envolve processos de enquadramento que selecionam acontecimentos e produzem identidades sociais. A contra-memória atua justamente ao deslocar esses enquadramentos, introduzindo novas narrativas e reinterpretando marcos históricos. Ao fazê-lo, questiona hierarquias consolidadas.

A resistência negra contemporânea tem operado por meio da produção cultural, acadêmica e política que reafirma ancestralidades e denuncia apagamentos históricos. A valorização de quilombos, religiões de matriz africana e intelectuais negros integra esse movimento de reconstrução simbólica (Nascimento, 1978).

Ferreira (2021) analisa como movimentos negros articulam memória e ação política na construção de espaços comunitários e culturais. A memória torna-se instrumento de organização coletiva e de fortalecimento identitário. A contra-memória, nesse sentido, ultrapassa o campo discursivo e assume dimensão prática.

A disputa epistêmica também integra esse processo. A incorporação de autores negros nos currículos acadêmicos e a valorização de epistemologias afro-diaspóricas representam enfrentamento direto ao epistemicídio. A contra-memória funciona, assim, como prática de justiça cognitiva (Carneiro, 2005).

De acordo com Almeida (2021) o racismo estrutural se sustenta na naturalização das desigualdades históricas. Ao reconfigurar narrativas e evidenciar a violência estrutural, a contra-memória rompe com essa naturalização e explicita as bases históricas da exclusão. Ela contribui para deslocar o debate do campo moral para o campo estrutural.

A emergência de produções culturais periféricas, coletivos artísticos e políticas afirmativas evidencia que a memória pode ser mobilizada como instrumento de transformação social. A reconstrução simbólica do passado torna-se estratégia de afirmação da dignidade e da cidadania negra (Azarias *et al.*, 2025).

Dessa forma, a contra-memória configura-se como prática política de enfrentamento à colonialidade e ao racismo estrutural. Ao disputar os sentidos do passado, ela tensiona estruturas institucionais e amplia horizontes de reconhecimento social. Resistir, nesse contexto, significa também narrar, lembrar e reinscrever a experiência negra na história nacional.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota a abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em um levantamento bibliográfico. A opção por essa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender o racismo estrutural e as práticas de contra-memória como construções históricas e discursivas, que exigem análise crítica de seus fundamentos teóricos e políticos.

A pesquisa bibliográfica constitui o eixo central do estudo, mobilizando autores que discutem colonialidade, racismo estrutural, necropolítica, epistemicídio e memória social. Foram selecionadas obras clássicas e contemporâneas que problematizam as permanências históricas da desigualdade racial e as estratégias de resistência negra no Brasil.

O percurso metodológico baseia-se na análise interpretativa das categorias centrais do debate, buscando articular passado e presente a partir de uma perspectiva decolonial. A leitura crítica dos textos permitiu identificar continuidades estruturais entre escravidão, colonialidade e racismo institucional contemporâneo.

Além disso, a investigação considera a memória como categoria analítica e política, compreendendo-a como campo de disputa simbólica. A partir das contribuições dos estudos de memória social, analisam-se as políticas do esquecimento e os processos de produção de narrativas contra-hegemônicas.

A metodologia também dialoga com perspectivas decoloniais que questionam a neutralidade da produção científica e reconhecem o conhecimento como situado histórica e politicamente. Essa orientação teórica permite compreender a contra-memória como prática de resistência epistêmica.

A análise concentrou-se na sistematização crítica do referencial selecionado, buscando construir uma síntese interpretativa capaz de evidenciar as relações entre colonialidade, memória e resistência negra no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, o estudo estrutura-se como reflexão teórico-analítica, articulando diferentes autores e perspectivas para compreender como as práticas contemporâneas de resistência e contra-memória tensionam as engrenagens do racismo estrutural e contribuem para a reconfiguração das narrativas históricas.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise da literatura evidencia que o racismo estrutural no Brasil não pode ser compreendido como herança passiva do período escravista, mas como matriz ativa que organiza instituições e distribui desigualdades. Almeida (2021) demonstra que o racismo constitui elemento constitutivo da ordem social, o que desloca o debate do campo moral para o estrutural. Esse entendimento responde ao problema de pesquisa ao revelar que a ruptura com o racismo exige transformação institucional e simbólica.

Os estudos de Quijano (2005) e Dussel (1992) indicam que a colonialidade do poder sustenta a permanência dessas hierarquias ao articular raça, trabalho e produção do conhecimento. A literatura converge ao afirmar que o Brasil incorporou a lógica colonial às estruturas republicanas, mantendo classificações raciais como princípio organizador da vida social. Essa continuidade histórica fundamenta a necessidade de práticas de resistência que operem também no plano epistêmico.

No campo da violência, Mbembe (2018) amplia a compreensão do racismo estrutural ao evidenciar que a gestão diferencial da vida e da morte constitui dimensão central do poder contemporâneo. A necropolítica revela que a exposição da população negra à letalidade policial e ao encarceramento não é desvio, mas expressão de racionalidade política. Os autores analisados convergem ao indicar que a desigualdade racial envolve não apenas exclusão, mas administração da precariedade.

A discussão sobre epistemicídio reforça que o racismo estrutural também opera na produção do conhecimento. Carneiro (2005) demonstra que a deslegitimação de saberes negros limita horizontes de reconhecimento social e consolida inferiorizações simbólicas. A literatura aponta que a exclusão epistêmica sustenta a exclusão material, criando barreiras estruturais à mobilidade e à participação política.

No que se refere ao objetivo específico de investigar o conceito de contra-memória, observa-se que a memória constitui campo de disputa central. Pollak (1989) evidencia que a memória coletiva envolve processos de enquadramento que selecionam narrativas e silenciam outras. A análise dos textos mostra que as políticas do esquecimento atuaram historicamente na invisibilização das experiências negras, comprometendo a construção de identidades afirmativas.

Missiatto (2021) demonstra que o memoricídio não representa perda natural da história, mas prática deliberada de apagamento simbólico. Esse achado reforça a ideia de que a disputa pela memória integra o enfrentamento ao racismo estrutural. A literatura confirma que a reconstrução de narrativas constitui dimensão estratégica da resistência negra contemporânea.

No tocante às ações do movimento negro, Ferreira (2021) evidencia que práticas comunitárias e culturais articulam memória e organização política. A produção cultural periférica, a valorização de territórios e a afirmação identitária emergem como estratégias de enfrentamento às hierarquias históricas. Esses movimentos demonstram que a contra-memória não se restringe ao discurso acadêmico, mas opera como prática social concreta.

Nascimento (1978) já apontava o quilombismo como proposta política e cultural de reorganização da sociedade a partir de referências afro-brasileiras. A literatura contemporânea confirma que tais referências permanecem centrais nas lutas

atuais. A resistência negra articula ancestralidade e ação política, respondendo diretamente ao objetivo de analisar impactos culturais dessas práticas.

A análise também evidencia que a contra-memória produz efeitos no campo educacional. A incorporação de epistemologias afro-diaspóricas nos currículos e o fortalecimento de políticas afirmativas representam tensões institucionais relevantes (Moreira, 2019). Esses processos indicam que a disputa simbólica pode gerar transformações estruturais, ainda que graduais.

Dessa forma, os resultados demonstram que a resistência negra contemporânea atua em múltiplas frentes: institucional, cultural, territorial e epistêmica. É consenso entre os autores ao afirmar que a ruptura com o racismo estrutural exige tanto transformação das estruturas materiais quanto reconfiguração das narrativas históricas. A contra-memória emerge, assim, como prática política capaz de tensionar a colonialidade do poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas contemporâneas de resistência e contra-memória no enfrentamento do racismo estrutural no Brasil. Ao articular colonialidade do poder, necropolítica, epistemicídio e políticas do esquecimento, evidenciou-se que o racismo não constitui resquício do passado, mas elemento constitutivo da organização social brasileira. A permanência das hierarquias raciais demonstra que a desigualdade está inscrita nas bases institucionais e simbólicas do país.

A investigação permitiu compreender que a disputa pela memória histórica ocupa posição central no enfrentamento dessas estruturas. A produção de narrativas contra-hegemônicas não se limita à recuperação de experiências silenciadas, mas opera como estratégia política de reconfiguração do presente. A memória revela-se campo de disputa no qual se definem pertencimentos, legitimidades e horizontes de reconhecimento social.

Constatou-se que a resistência negra contemporânea atua de maneira multifacetada, articulando mobilização política, produção cultural, intervenção educacional e reconstrução epistêmica. Essas práticas não apenas denunciam a violência estrutural, mas produzem referências identitárias e intelectuais capazes de tensionar as engrenagens históricas da exclusão. A contra-memória emerge, nesse contexto, como prática ativa de reinscrição da experiência negra na história nacional.

A análise também evidenciou que o enfrentamento ao racismo estrutural exige transformação simultânea das dimensões materiais e simbólicas da sociedade. A reconfiguração das narrativas históricas, a valorização de epistemologias afro-diaspóricas e a revisão de enquadramentos institucionais configuram etapas indispensáveis para a consolidação de novos parâmetros de justiça social. A ruptura não se dá de forma imediata, mas por meio de fissuras progressivas nas estruturas consolidadas.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para o fortalecimento do diálogo entre teoria decolonial, estudos de memória e análise crítica do racismo estrutural. Ao situar a contra-memória como estratégia política, amplia-se a compreensão sobre os modos pelos quais sujeitos historicamente subalternizados disputam os sentidos do passado e projetam alternativas para o futuro.

Reconhece-se, contudo, que a pesquisa se limita à análise bibliográfica, não incorporando investigação empírica sobre experiências específicas de resistência. Estudos futuros poderão aprofundar a discussão a partir de análises de casos concretos, ampliando a compreensão sobre os impactos institucionais e comunitários das práticas de contra-memória.

Conclui-se que a ruptura com o racismo estrutural depende não apenas de reformas normativas, mas da transformação das bases simbólicas que sustentam desigualdades históricas. A disputa pela memória constitui dimensão estratégica desse processo, pois reorienta narrativas, reposiciona sujeitos e amplia possibilidades de reconhecimento. Nesse horizonte, a resistência negra contemporânea afirma-se como força política decisiva na construção de uma sociedade mais justa e racialmente equitativa.

6 REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 129–143, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em 04 mar. 2026.

ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.
AZARIAS, Clodoaldo Reis; AZARIAS, Natan Reis; OLIVEIRA, Neusa Maria Machado de; NUNES, Nara Cristina dos Santos. *Racismo ambiental no Brasil: desafios históricos e contemporâneos para a justiça ambiental e a formulação de políticas*

públicas. Revista Eletrônica Amplamente, v. 4, n. 2, jan. 2025. DOI: 10.47538/RA-2025.V4N2-31. Disponível em: <https://www.revistaeletronicaamplamente3.com/v4n2>. Acesso em 04 mar. 2026.

BEIGUELMAN, Giselle. Memórias da amnésia: políticas do esquecimento. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser: o conceito de epistemicídio. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2005.

DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. São Paulo: Vozes, 1992.

FERREIRA, Fred Aganju Santiago. Memórias negras em luta: uma análise histórica multirreferenciada acerca dos desdobramentos comunitários do Núcleo Akofena. Revista Humanidades e Inovação, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9036>. Acesso em: 04 mar. 2026.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32 n. 94, jun., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em 04 mar. 2026.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricide das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 13, n. 24, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/20210>. Acesso em 04 mar. 2026.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier Moreira. Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível

em:<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/22945/3/Tales%20Willyan%20Fornazier%20Moreira.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 04 mar. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

